

História Kaiowa

Das Origens aos Desafios Contemporâneos

Graciela Chamorro

História Kaiowa

Das Origens aos Desafios Contemporâneos



Texto original: © Graciela Chamorro
 Conjunto deste livro: © Nhanduti Editora 2015

Revisão e diagramação: Nhanduti Editora
 Capa e arte: Nhanduti Editora com base em pinturas e desenhos de Arami Marschner.

Por motivos de exatidão acadêmica e de respeito às fontes, estas foram reproduzidas em sua forma original, ou seja, com todas as particularidades históricas de grafia e todos os eventuais erros que contêm.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Chamorro, Graciela. História Kaiowa. Das origens aos desafios contemporâneos. Graciela Chamorro. – São Bernardo do Campo : Nhanduti Editora, 2015, 320p.

Bibliografias.
 ISBN 978-85-60990-23-8

1. Kaiowa 2. Cultura e religião kaiowa 3. História do Mato Grosso do Sul
 I. Chamorro, Graciela. II. Título.

CDD-980.00498382; 305.898382; 981.8171

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|---|--------------|
| 1. História dos Kaiowa : | |
| História de grupos étnicos guarani | 980.00498382 |
| 2. Cultura e religião kaiowa : | |
| Grupos étnicos – guarani | 305.898382 |
| 3. História do Mato Grosso do Sul : | |
| História do Brasil – Estado de Mato Grosso do Sul | 981.8171 |

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Nhanduti Editora

Rua Planalto 44 – Bairro Rudge Ramos
 09640-060 São Bernardo do Campo – SP, Brasil
 11-4368.2035 nhanduti@yahoo.es / www.nhanduti.com

Comitê Editorial

Bartomeu Melià - ISEHF - Instituto Superior de Estudios Humanísticos y
Filosóficos (Assunção - Paraguai)

Benedito Prézia - PUC SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São
Paulo SP - Brasil)

Pablo Antunha Barbosa - Museu Nacional (Rio de Janeiro RJ - Brasil)

Paulo Roberto Cimó Queiroz - UFGD - Universidade Federal da Grande
Dourados (Dourados MS - Brasil)

Pedro Ignacio Schmitz - Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São
Leopoldo RS - Brasil)

Roque Laraia - UnB - Universidade de Brasília (Brasília DF - Brasil)

Thiago Leandro Vieira Cavalcante - UFGD - Universidade Federal da Grande
Dourados (Dourados MS - Brasil)

Nota da Editora

É uma honra e um privilégio entregar aos leitores e às leitoras em língua brasileira a obra de Graciela Chamorro que apresenta um panorama dos principais eventos relacionados à história e à cultura do povo Kaiowa, desde antes da chegada dos conquistadores europeus – quando esse povo ainda não era chamado por esse nome – até o presente. Acolhemos a proposta de publicação da autora e o desafio editorial de elaborar o livro "História Kaiowa", pois concordamos com Graciela que é urgente preencher um enorme vazio da falta de uma obra introdutória à história kaiowa. Também, no atual momento da história humana em que buscamos entender conceitos de autossustentação, sustentabilidade econômica, ecológica, cultural etc., reconhecemos que se torna cada vez mais imprescindível aprender com os povos indígenas a saber viver sem esgotar e destruir.

Por isso, o nosso interesse foi também zelar, juntamente com a autora, pelo respeito a este Povo Indígena cuja história, cultura e modo de ser (*teko*) nos atrevemos a divulgar nas páginas deste livro. Esse cuidado se traduz, entre outros, em grafar os etnônimos com letra maiúscula quando usados como substantivos e quando aplicados com o propósito de indicar nação, povo, grupo ou até pessoa indígena, p. ex.: o Kaiowa, os Kaiowa, mas também o povo Kaiowa, o grupo Kaiowa. Essa escolha, além de facilitar o destaque à ação e presença de grupos e pessoas concretas, que têm identidades próprias muitas vezes submergidas e ocultadas atrás de um nome de etnônimo grupal, nos permitiu elaborar um índice detalhado de pessoas e povos indígenas citados. Assim, o leitor e a leitora poderá encontrar facilmente as referências que a autora faz tanto à pessoa Kaiowa, no sentido de indivíduo, família, grupo, povo e etnia, como no sentido de líder e dirigente. Os etnônimos com função adjetiva, cujo teor não aborda o sentido de pessoa ou grupo indígena, foram grafados com letra inicial minúscula, p. ex. língua kaiowa, tradição kaiowa. As citações preservam a grafia dos etnônimos conforme a escolha das autorias.

O nosso interesse foi também proteger a grafia e forma original (mesmo com eventuais erros) dos textos-fontes citados pela autora. Esse cuidado se traduz em proporcionar textos-fontes citados no formato mais próximo possível ao original, evitando transliterações e transcrições (com exceção das transcri-

ções de frases e termos em guarani ou kaiowa encontrados nos documentos) e, em alguns casos, até criando letras ou sinais inexistentes em tipologias modernas atuais. Assim, destinamos também tipos de letra diferentes a citações de textos antigos e a citações de autores modernos. Com isso, esperamos que o público saboreie a forma mais próxima ao original da escrita antiga e possa tirar suas próprias conclusões sobre a informação transmitida. Para facilitar a compreensão desses trechos, incorporamos nas notas de rodapé traduções e adaptações desses textos antigos, feitas pela própria autora.

A obra está rica em informações geográficas com detalhes de topônimos, cuja escrita, conforme a opção da autora, corresponde à língua portuguesa. Várias informações geográficas antigas encontram seu endossamento nos mapas, apresentados em tamanho suficiente e qualidade melhorada para garantir ao leitor um estudo e conferência dos dados necessários. Para facilitar a localização de dados topográficos, tanto da história kaiowa antiga como dos seus *tekoha* de hoje, elaboramos um minucioso índice dos lugares mencionados.

Acreditamos também que poucas pessoas conseguirão facilmente dominar conteúdo de termos kaiowa, tão abundante e amplamente empregados por Graciela. Em função disso, e com a ajuda da autora, preparamos um glossário de termos e expressões cujas explicações poderão aproximar, pelo menos em parte, o público do pensamento e do modo de vida kaiowa baseado no *teko katu*.

Finalmente, queremos agradecer tanto à autora como ao povo Kaiowa, que são "verbo e não substantivo" deste livro, por ter enriquecido nosso pensamento que busca priorizar relações harmônicas *nhandutí* com a natureza e com os membros da nossa espécie, sejam eles da nossa própria tradição cultural ou de outras.

Equipe da
Nhanduti Editora

*Dedico este livro ao povo Kaiowa,
que aguarda o tempo-espaço novo,
âra pyahu, cantando.*

Sumário

Apresentação (Isabelle Combès)	17
Introdução	21
Capítulo 1	
Entre nomes, autodenominações e identidades atribuídas	31
1.1 Kaágua como nome genérico	34
1.2 Kaágua como etnônimo particular	36
1.3 <i>Kaágua</i> [<i>kaiowa</i>] como autodenominação	37
1.4 Kário e Itatim: guarani falantes da região e seus contatos nos séculos XVI e XVII	38
1.5 Sobre nomes e identidades étnicas na história indígena	41
Capítulo 2	
Indígenas falantes de guarani no atual estado brasileiro de Mato Grosso do Sul: De Itatim a Kaágua – séculos XVI a XIX	47
2.1 A época pré-colonial	49
2.2 Itatim: o lugar e os habitantes	56
2.3 Aleixo Garcia: o primeiro europeu no Itatim	56
2.4 Jesuítas e bandeirantes no Itatim	58
2.5 Líderes itatim resistem à missão jesuítica	62
2.6 Kaágua: os grupos embrenhados nas matas	65
2.7 Os Kaágua no Paraguai nos séculos XVIII e XIX	67
2.8 Conflitos entre Mbajá, Kaágua e “paraguaios”	67
2.9 Em vez de armas uma pequena cruz	68
2.10 Filhos e filhas da cruz	69
Capítulo 3	
“Numerosíssima nação refugiada nas vastas matas” – século XIX ...	71
3.1 Os sertanistas e sua época	74
3.2 Os povos indígenas, suas terras e a lei de terras de 1850	75
3.3 Os aldeamentos indígenas e as colônias militares na fronteira	76
3.4 Demarcando fazendas “a olho” em terras indígenas	78
3.5 Os Kaiowa às margens dos rios e nos bosques	80
3.6 Porto Cayuáz	82

3.7 Alojamentos, mobilidade e subsistência	83
3.8 Os caminhos	87
3.9 "De boa índole, fáceis de reduzir" e carentes de proteção	88
3.10 "Traziam dentro do orifício um batoque de resina"	89
3.11 Kaiowa e Guarani	90
3.12 Grupos indígenas inimigos	92
3.13 Os Cayuaz "dalém do Paraná" na Província de São Paulo	92
3.14 Que fim levou a população Kaiowa do outro lado do Rio Paraná?	97
3.15 Kaiowa e Guarani entre Brasil e Paraguai	99

Capítulo 4

A "Guerra" e a "Mate" – séculos XIX e XX	103
4.1A "Guerra do Paraguai"	105
4.2A Guerra guasu, ou a "grande guerra", na memória kaiowa	106
4.3A Guerra na História Indígena	108
4.4A Companhia Mate Laranjeira	112
4.5 López, Vargas e Rondon na percepção kaiowa	114
4.6 Os <i>japepo</i> e as "ollas paraguái"	115
4.7O trabalho de indígenas Kaiowa nos ervais	117
4.8 Saldo da ação da Mate Laranjeira na história kaiowa	122

Capítulo 5

Práticas culturais kaiowa e guarani do século XIX ao XX	125
5.1 De "corpos bem crescidos e belos"	128
5.2 Adornos corporais	129
5.3 Habilidades corporais	130
5.4 De expressões brandas, mas "pertenazes na defesa"	131
5.5 Língua kaiowa	131
5.6 A casa e o fogo	132
5.7 Mobília, utensílios e armas	133
5.8 Subsistência	135
5.9 Produção da chicha e a festas do <i>kagwi</i>	136
5.10 A caça e a festa	137
5.11 A festa de perfuração do lábio ou <i>Kunumi Pepy</i>	138
5.12 A festa do <i>Nimongarai</i>	138
5.13 Casamento	139
5.14 Parto	139
5.15 Educação das crianças	140
5.16 Doenças e deficiências físicas	140
5.17 Cura	141
5.18 Enterros	141
5.19 Música	142
5.20 Organização social	143
5.21 Religião	144
5.22 Tempo e contagem	147

5.23 Viagens e meios de transporte	147
5.24 Os Kaiowa e os outros	148

Capítulo 6

Sucessivos <i>sarambi</i> e novos aldeamentos – séculos XX e XXI	151
6.1 O Serviço de Proteção ao Índio – SPI	153
6.2 A passagem de Rondon pela região	157
6.3 A Missão Evangélica Caiuá	158
6.4 A vida cotidiana dos Kaiowa na ótica de agentes da missão	160
6.5 “Fructas de vês”	162
6.6 Os Kaiowa da região de Dourados e Amambai	164
6.7 O trabalho nos ervais	164
6.8 A caça, a pesca e a coleta	165
6.9 O trabalho na roça: o milho	166
6.10 Alteração das práticas econômicas, o calendário e a changa	167
6.11 Mudanças na economia, o formato das casas e o tamanho das famílias	169
6.12 Nomes e <i>status</i> no sistema de parentesco kaiowa	170
6.13 Chicha: a bebida e o acontecimento	174
6.14 Trabalho com a fibra de caraguatá	175
6.15 Panelas de barro e outras manufaturas	176
6.16 Vestes e adornos corporais	177
6.17 Líderes religiosos e políticos	178
6.18 Práticas religiosas contemporâneas	179
6.19 <i>Kunumi Pepy</i>	187
6.20 Rituais de belas palavras, <i>neêngatu</i>	188
6.21 Influência cristã na religião indígena	189
6.22 Práticas rituais e mudanças ecológicas	190
6.23 A Colônia Agrícola Nacional de Dourados	191
6.24 O corpo a corpo com não indígenas no Panambizinho	194
6.25 A chegada dos valentes na memória indígena	198
6.26 Dos últimos <i>sarambi</i> às retomadas	208
6.27 O que ficou para trás com os <i>sarambi</i>	216
6.28 Os acampamentos	218
6.29 Ocupação do espaço e mobilidade kaiowa e guarani	225

Capítulo 7

Pelos caminhos da história: desterro e liberdade	231
7.1 Quem são os Kaiowa hoje?	233
7.2 Liberdade e desterro	238
Referências	247
Documentos FUNAI	247
Referências bibliográficas	247
Interlocutores e Interlocutoras indígenas	259

Anexos	261
Anexo 1: Mitos Guarani	263
Anexo 2: Documentos da FUNAI	281
Anexo 3: Igrejas atuantes entre indígenas Kaiowa, Guarani e Terena na RID..	289
Glossário	295
Índices	303
Índice de pessoas e povos indígenas	305
Índice de lugares	309

Apresentação

Isabelle Combès

Missões efêmeras, mas que tiveram entre outras consequências o desterro de um cacique idoso que desejava “transmitir às gerações vindouras os costumes das gerações passadas”; bandeiras sangrentas que provocaram mortes, fugas e escravidão; ataques dos indígenas Mbajá que acabaram com a presença de povos guarani falantes no antigo Itatim; a Guerra da Tríplice Aliança, com a conseqüente exploração humana nos ervais e nas fazendas de gado; o desflorestamento e a implantação de novas fazendas que significou para o povo indígena uma perda lenta e progressiva de seu território. A história kaiowa pode ser vista desta maneira, como uma sucessão de catástrofes, todas devidas a atores externos que alteraram, moldaram, mudaram e continuaram mudando o futuro deste grupo humano, pois catástrofes resultaram em mortes, deslocamentos forçados, exploração, discriminação, perda de terras e pobreza. Transformaram os antigos Itatim dos primeiros conquistadores em desprezados Ka’agua, “gente do mato”, “selvagens”.

Neste livro, Graciela Chamorro quis entranhar-se na história kaiowa, mas sua obra nos leva muito além desse simples propósito. Apesar de deixar claro que não é indígena, que seu olhar é necessariamente externo, Graciela conseguiu nos contar o passado dos Kaiowa, mas também o passado “*a la kaiowa*”, à maneira desse povo: uma história que, longe de ser letra morta ou motivo de lamentos, é um impulso para o futuro, uma direção a seguir, um canto à vida.

Como a autora mostra, os Kaiowa costumam dividir sua história em três tempos: o tempo do *ymã guare* – o tempo de antes, o tempo de liberdade, das coisas boas; o tempo do *sarambi*, “bagunça, espalhamento compulsório” – o tempo sombrio da perda territorial, dos deslocamentos forçados, da pobreza e da miséria, é o tempo destas catástrofes que evoquei acima, embora nem todas ficassem inscritas na memória coletiva do povo. Contudo, na história kaiowa existe um terceiro tempo: o tempo de hoje, o “tempo do direito”, da luta por sua terra e seus direitos, o tempo em que o desprezado Ka’agua se

transforma em um orgulhoso Kaiowa.

Sendo assim, este livro é uma caminhada pela história kaiowa, tal como a podemos conhecer e reconstruir a partir das fontes históricas, sobretudo desde o fim do século XVIII quando aparece o grupo como tal e com este nome: quando sucessivas catástrofes (missões, bandeiras etc.) já puseram um fim aos antigos Itatim, fazendo surgir os *Ka'agua*. Mas o livro navega também entre as recordações da memória coletiva kaiowa, a história oral, a mitificação dos acontecimentos históricos, sem jamais cair na armadilha onipresente que consistiria em opor uma visão “historicamente correta” – a académica – àquilo que seria uma simples “representação kaiowa” do passado. Os relatos indígenas mesclam e entrecem elementos históricos, elementos míticos kaiowa e elementos míticos cristãos, numa leitura própria daquilo que ocorreu. E esta leitura é mais do que uma simples “representação”. Ela existe e, como tal, condiz com o que a história é para o povo kaiowa: “uma espécie de luz que chama para o modo de agir considerado bom. O discurso mítico define o sentido do caminhar e fornece a direção para onde se caminha, sendo que esse caminhar se realiza na história”. Não é nenhum acaso que as terras reivindicadas como tradicionais pelos Kaiowa, e pelas quais eles lutam hoje neste tempo “do direito”, sejam chamadas por eles “*tekoharã*, nosso futuro *tekoha*, o lugar no qual viveremos segundo nossos usos e costumes” – uma expressão que, certamente, teria alegrado, e muito, aquele antigo cacique itatim desterrado.

Este passado mitificado e idealizado tampouco é o passado “puro” de uns indígenas que teriam permanecido impermeáveis ao passar do tempo. Ao contrário, o relato sobre o passado alimenta-se desses acontecimentos, dessa história “de outros”, provocada “por outros” (missionários, fazendeiros, sertanistas, bandeirantes etc.), mas que acabou forjando a história kaiowa e o ser kaiowa de hoje: graças à sua história peculiar, os Kaiowa levam hoje o nome dos antigos *Ka'agua*, graças à sua história também se declaram hoje “filhos da Cruz”. Definitivamente, o discurso kaiowa sobre o passado, embora esteja idealizado, ou talvez melhor, justamente porque está idealizado, é uma crítica feroz às calamidades do segundo tempo do *sarambi*, e assim um chamado para lutar, um chamado político para tornar possível um mundo melhor.

É também desta maneira, “*a la kaiowa*”, que interpreto todo o livro de Graciela Chamorro. Não poderia ter sido escrito por outra pessoa, por alguém que não tivesse sua sensibilidade, seu profundo conhecimento do *teko* kaiowa e a capacidade compartilhada com eles “de dizer ‘sim’ à vida”. Nesta *simpatia* – no sentido etimológico da palavra – está a diferença do livro de Graciela; graças a esta *simpatia*, também a tarefa académica de “escrever uma apresentação” se transforma para mim em ocasião de expressar admiração e gratidão por seu ensinamento, sua generosidade e seu entusiasmo contagioso. Mas há algo em que discordo, sim, de ti, Graciela: é verdade que teu livro, assim como outros, descreve os tempos tenebrosos do *sarambi*; mas ele não se localiza nele: ele

pertence ao “tempo do direito” – o direito de conhecer sua história, de aprender dela – e, como tal, pertence ao futuro.

Santa Cruz da Sierra
25 de fevereiro de 2014

Isabelle Combès
Instituto Francês de Estudos Andinos
PPGH – Universidade Federal da Grande Dourados

Introdução

Em 1983, quando chegamos à cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, deparamo-nos pela primeira vez com a população indígena Kaiowa, no Paraguai denominada Paĩ-Tavyterã. Ela nos impressionou positivamente com seus cantos e rituais, com a sua disposição ao diálogo e, sobretudo, com a sua capacidade de dizer “sim” à vida nas condições mais adversas em que se encontrava.

À medida que fomos interagindo com essa população, começamos a perceber que havia várias questões a considerar para apreciarmos a profundidade de suas celebrações e poesias, seu modo de vida e seus desafios. Começamos, então, a nos aproximar do seu passado, a fim de compreender seu presente. O resultado desse primeiro trabalho foi nosso livro *Kurusu Ñe'êngatu*, publicado em espanhol em 1995. Desse livro retomamos aqui o primeiro capítulo e o desenvolvemos à luz de documentos históricos e etnográficos, assim como à luz dos vários estudos produzidos nas últimas décadas sobre o povo kaiowa.

Nossa ênfase nesta obra é a *História Kaiowa*, embora alguns momentos da trajetória desse povo coincidam com a do povo Guarani (Ñandéva), com quem os Kaiowa mantêm intenso contato e compartilham muitas áreas. Com este livro desejamos mostrar que o povo Kaiowa vive na história, na sua história e na história dos outros, com os quais divide o mesmo ambiente de vida, marcado por relações profundamente desiguais. O próprio nome *kaiowa*, corruptela de *ka'agua* que mantém o sentido de “procedente da mata”, diz respeito à história desse povo e à dos não indígenas que incursionaram na região. O termo aparece associado de forma mais ou menos restrita a esse grupo desde a primeira metade do século XIX¹, quando os agentes da sociedade e do Estado

1 No fim do século XVIII, porém, o termo já era aplicado com semelhante *status* aos guarani falantes Mbya que viviam na região do médio e baixo Paraná (cf. NIMUENDAJÚ, 1981).

brasileiros, “descortinando” os sertões do oeste, se depararam com indígenas que diziam ser Cayuáz. Em suma, estes indígenas seriam aqueles que optaram pelo refúgio nas matas altas, longe do assédio mais direto das frentes pioneiras de exploração e ocupação, no antigo sul de Mato Grosso.

Sua história de contato com não indígenas, porém, iniciou-se há cerca de 480 anos, já que os primeiros conquistadores europeus chegaram na década de 1530 ao Itatim, região ocupada, entre outros indígenas, por povos guarani falantes considerados ascendentes dos atuais Kaiowa. Embora de forma descontínua e por pouco tempo, na época colonial missionaram na região franciscanos e jesuítas. As reduções destes últimos entre os Itatim sucumbiram aos ataques dos bandeirantes, que levaram milhares de guarani falantes da região a São Paulo e Rio de Janeiro, onde os venderam como escravos ou os submeteram a outras formas de servidão. Outro grupo seguiu com os jesuítas para o sul, enquanto outro ainda partiu para o oeste. Os grupos que permaneceram na região se tornaram os “verdadeiros Kaiowa”. Estes são os que mantêm contato com as expedições de mamelucos e com as monções, que de tempo em tempo cruzavam a região. Mas mesmo esses “verdadeiros” acabaram sendo empurrados para o sul e para o leste pelos Mbajá que, desde o século XVIII cruzando o rio Paraguai, passavam do Chaco paraguaio ao Chaco brasileiro.

O contato dos Kaiowa com a sociedade brasileira no período monárquico e republicano foi mediado por políticas paternalistas e por medidas que favoreceram os membros da elite econômica e política a se afazendarem nas terras indígenas do antigo sul de Mato Grosso e a usarem a mão de obra indígena nas novas práticas econômicas. No final do século XIX, a área ocupada pelos Kaiowa se tornou palco da guerra entre Brasil e Paraguai. O uso ostensivo de armas de fogo, as trincheiras, a presença massiva de escravos e descendentes de escravos negros, as mortes e as pestes, entre outros, foram acolhidos pelos Kaiowa em seus mitos. Esse episódio foi seguido por uma nova frente econômica: a exploração da erva-mate, que intensificou a mobilidade indígena no âmbito de suas grandes áreas, ou *tekoha guasu*, e acarretou novas formas de interferência na liberdade kaiowa. O contato, antes intermitente, passou a ser contínuo, impondo-se a submissão colonial com a perda da autonomia no uso do território.

A avidez por terra era tamanha que foi necessário demarcar espaços específicos (reservas) para as comunidades indígenas. Assim, entre 1915 e 1928, o Serviço de Proteção ao Índio demarcou oito fazendas – de até 3.600 hectares cada uma – para essas comunidades. Assim, a terra ocupada por esses indígenas foi drasticamente reduzida. Mas a medida contemplou apenas uma pequena parte da população; a maior parte permaneceu fora das reservas. À medida que os novos proprietários tomavam posse de suas terras, aumentava o constrangimento dos indígenas para sair em busca de lugares ainda não

demandados por particulares. Muitas comunidades foram deslocadas de seus territórios, *tekoha*, ou se fragmentaram por distintas localidades, processo definido pelos indígenas como *esparramo* ou *sarambipa*.

Também nessa época, precisamente em 1928, instalou-se entre os Kaiowa a Missão Evangélica Caiuá que se tornou proprietária de duas fazendas e várias chácaras. Com sede em Dourados desde então, ela atua até hoje em várias áreas.

Data de 1940 outro acontecimento marcante na história regional: o assentamento de centenas de pequenos agricultores, ou camponeses, procedentes do nordeste e do centro do Brasil, na Colônia Agrícola Federal de Dourados, implantada em terras ocupadas pelos Kaiowa. Os indígenas enfrentaram-se então pela primeira vez “corpo a corpo” com uma população não indígena mais numerosa e com o aparelho burocrático e repressor do órgão indigenista e do órgão responsável pelo assentamento de agricultores. Surgiram os povoados e as cidades, abriram-se estradas e chegaram novas frentes econômicas. Nos anos 1970 iniciou-se a fase das fazendas de soja e outras monoculturas, que levaram a termo o desmatamento e a definição da paisagem que hoje conhecemos em Mato Grosso do Sul. Com a agricultura mecanizada, os Kaiowa, que no começo ajudaram a derrubar a mata e depois foram os peões nas novas propriedades, tornaram-se desnecessários e indesejados. Nesse ambiente, foram saindo dos fundos das fazendas ou sendo levados pelos novos proprietários ou pelas entidades indigenistas para as reservas, que então, sim, começaram a crescer, em número de habitantes e de problemas.

Não é de se estranhar, portanto, que o tempo presente seja de tensão e desequilíbrio entre os Kaiowa, a sociedade e o Estado. Este, pressionado de um lado por uma consciência histórica crítica acerca desse passado e comprometido, por outro, com o capitalismo agropecuário, não consegue fazer cumprir a constituição de 1988, que reconhece aos povos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL 1988, Art. 231, caput). É o Estado colonialista que se articula em torno de ideais de discriminação racial para negar os direitos dos povos indígenas ratificados pelo próprio Estado. Em outras palavras, embora o Brasil possua uma legislação indigenista bastante avançada e conte com a atuação do Ministério Público Federal, os direitos territoriais indígenas não são respeitados porque os poderes constituídos no país estão dominados pela ideologia ruralista (CAVALCANTE 2013).

Tomando como exemplo a Terra Indígena *Guyra Roka*, dois colegas qualificaram o Estado de “esquizofrênico”, pois esse mesmo Estado que, representado pela FUNAI e o Ministério da Justiça, tentava regularizar *Guyra Roka* em 2010, a poucos quilômetros do local passou a financiar, através de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a cadeia pro-

dutiva de uma usina de açúcar e álcool da multinacional COSAN, como parte da sua política de produção de etanol. A Terra Indígena *Guyra Roka*, já identificada e declarada, está prestes a ser demarcada fisicamente, mas a chegada dos empreendimentos com o fomento do Estado torna a regularização dessa e de outras terras cada vez mais morosa e intangível (LIMA; GUIMARÃES e LIMA 2011, 60-63; GUIMARÃES e LIMA 2009)

Nas palavras de Eduardo Viveiros de Castro (CASTRO e SZTUTMAN 2008, 250-252), trata-se do duelo entre o alegoricamente por ele chamado de “Ministério da Monocultura” ou da “Mono-Natureza”, que é o “Ministério do Mercado”, e os Ministérios do Meio Ambiente e da Diversidade Cultural. O primeiro representa para ele todos os ministérios interessados no desenvolvimento a todo custo no Brasil. Por isso eles promovem, apesar do seu poder destruidor, a expansão da soja, da carne bovina, do eucalipto e da cana com as corporações multinacionais da indústria de alimentos, de hormônios, de herbicidas e de energia. Contra essa corrente remam os outros dois ministérios, que tentam implementar as políticas afirmativas do governo, as de inclusão e integração social de negros e negras, índios e índias, das mulheres e da população pobre em geral, assim como de outros grupos sociais que têm sido historicamente excluídos ou desfavorecidos no Brasil.

Essa mesma esquizofrenia se observa na política de vários organismos internacionais. O Banco Mundial, por exemplo, ameaça o governo brasileiro de romper acordos e suspender convênios de financiamento por não demarcar as terras indígenas. Será que essas entidades não se dão conta que seus projetos de desenvolvimento causam, na maioria das vezes, grandes estragos na vida dos povos indígenas e no meio ambiente? Para Mércio Pereira Gomes (2012, 69-74), medidas como essas fazem parte do jogo do politicamente correto, que quer apenas conciliar os discursos das entidades aos jargões de uma política de linguagem. Seus mentores não têm um interesse real pelos povos indígenas, mas querem parecer tê-lo. Nada mais.

Os Kaiowa, bem como outros povos indígenas, estão conscientes dessa esquizofrenia e não acreditam que o projeto de nação do Brasil conte com eles de forma séria e duradoura. Essa consciência-sentimento em relação ao seu lugar no Brasil está na base da sua luta política, onde eles opõem, preponderantemente, sua visão mítico-religiosa de mundo à visão capitalista, da qual, pelo menos no discurso, eles querem se livrar.

Os Kaiowa estão conscientes de que a história dos outros está na sua história, pois sabem que os acontecimentos listados acima foram impulsionados desde os centros de poder político e econômico do Brasil, dos quais não participam e sobre os quais eles não foram consultados. Mas eles organizam e interpretam essas experiências, incorporando-as à sua memória mítico-histórica.

Eles costumam dividir sua história em três períodos: *ymã guare*, “antigui-

dade”, caracterizada pela autonomia e liberdade em seu território; *sarambi*, “bagunça, espalhamento compulsório”, caracterizado pelo início da influência e dependência da sociedade e do Estado brasileiro na região; e *tempo do direito*, fase de luta sob o amparo da Constituição Federal de 1988 e das convenções internacionais, como a Convenção 169 “sobre Povos Indígenas e Tribais”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (PEREIRA 2004a).

Nesse esquema, os eventos fundadores da cultura kaiowa fazem parte do primeiro período, *ymã guare*. As experiências desse tempo estão diretamente conectadas com as expectativas atuais do *tempo do direito*, expressas poeticamente como “refundar” e “recuperar” a terra, num “tempo-espaço novo”, *ára pyahu*. O retorno às experiências mítico-históricas permite recriar a terra ritualmente e reorientar a comunidade para as antigas referências e práticas culturais do grupo. Voltar aos tempos primeiros, contudo, não é repetir esse passado, é inspirar-se nele. Sintomaticamente, as terras por eles reivindicadas como terras de ocupação tradicional, e que se encontram incorporadas ao agronegócio, são denominadas de *tekoharã*, “nosso futuro *tekoha*”, “o lugar no qual viveremos segundo nossos usos e costumes”.

Os Kaiowa se veem nesse tempo como seres semelhantes aos Seres criadores. Seus corpos são enfeitados, *ojegua*; de sua boca saem boas palavras, *ñe’êngatu*; os principais momentos da sua vida são protegidos pelos mesmos rituais celebrados nas origens: a revelação do nome da criança, a colocação do enfeite labial nos meninos e a festa do milho novo. O tempo transcorre na vida humana como sucessivas fases de aquisição de sabedoria, bom entendimento, boa ciência. A pessoa madura, *ijaguyjéva’e*, é generosa, tem coragem, é de bom coração e promove a economia de reciprocidade, a paz e o entendimento na comunidade.

A serenidade é uma das virtudes mais desejadas pelos líderes espirituais. Quem aspira a alcançar reconhecimento espiritual se esmera também em desenvolver o dom da palavra, que se expressa em saber contar as histórias do grupo, principalmente as dos tempos primordiais; em conhecer os cantos e as rezas que integram essas histórias; em invocar os seres criadores e convocar a comunidade para as celebrações e ações do grupo. Além de saber expor bem a palavra, espera-se que os líderes religiosos conheçam as práticas curativas do grupo (baseadas em cantos e rezas, aplicação de massagens, uso de plantas medicinais e alguns procedimentos “mágicos”), conheçam as práticas econômicas tradicionais, sejam bons agricultores e boas agricultoras, sejam conhecedores da mata e dos “donos do ser”, *tekojára*, que nela habitam, mobilizem o grupo, promovam mutirões e festas.

Com sua ênfase nesse “primeiro tempo”, os Kaiowa criam uma referência que contrasta com os eventos e o sentimento do “segundo tempo”. Neste, os Kaiowa, talvez por causa da sua dependência da memória pessoal, indicam muito vagamente que têm memória de acontecimentos anteriores à guerra

entre Brasil e Paraguai. Termos como *kurusu*, “cruz”, *Noe*, *Réi*, *Pápa* e outros sugerem contato com os missionários da época colonial. Mas não percebemos lembrança de jesuítas, bandeirantes, demarcadores ou sertanistas. Mesmo a guerra não é evocada como geradora de ruptura, e do trabalho nos ervais, as lembranças mais frequentes são as dos últimos anos de atuação da Companhia Mate Laranjeira. Assim, para os Kaiowa, o marco entre o primeiro e o segundo tempo parece ser a ocupação da terra pelos novos proprietários, momento em que começaram a ter mais dificuldades para continuar vivendo como antes.

Esta consciência histórica é resultado de reflexão sobre as próprias experiências e/ou sobre os relatos das gerações mais velhas e o conhecimento de dados registrados em documentos da época. Se a interpretação dos eventos do *ymã guare* está a cargo, sobretudo, dos líderes religiosos, a explicação dos acontecimentos ocorridos no tempo do *sarambipa* é uma atividade hoje em dia realizada principalmente pelos novos líderes: estudantes, docentes e representantes, através de pesquisas com as pessoas mais velhas e leituras de documentos. Este livro, como os outros livros de história acadêmica, pertence na classificação acima ao segundo tempo da história. No entanto, não queremos fazer só isso. Temos também a intenção de mostrar como os Kaiowa veem a história. Portanto, gostaríamos de encerrar esta introdução avançando um pouco mais nesse tema.

Para os Kaiowa, os tempos antigos e o mundo mítico gozam de uma supremacia sobre os tempos históricos propriamente ditos (PEREIRA 2004a, cap. 4) e servem como uma espécie de pano de fundo sobre o qual transcorrem os acontecimentos mais recentes. Mas, na experiência humana, mesmo esse mundo mítico está longe de ser uma realidade sem contradições. Nela, as práticas ético-religiosas coexistem com práticas divergentes. O discurso idealizado sobre o modo de vida não corresponde ao modo de vida, mas é uma espécie de luz que mostra o modo de agir considerado bom. Assim, não se pode fazer uma correspondência direta entre o discurso mítico-histórico e o modo de vida na sociedade indígena, mesmo nos tempos antigos. O discurso mítico define o sentido do caminhar e fornece a direção para onde se caminha, sendo que esse caminhar se realiza na história com seus percalços, suas desventuras e incertezas.

Como em outras sociedades e épocas, os especialistas no campo da palavra – filósofos, poetas e teólogos – falam de paz e serenidade numa sociedade de tensões, conflitos e enfrentamentos violentos; falam de generosidade e reciprocidade porque sabem que a sociedade organizada sobre esses pilares é mais sustentável do que uma que se baseia na mesquinhez de seus líderes ou nos constrangimentos da história. Ou seja, o discurso mítico-histórico dos Kaiowa é uma espécie de crítica à sociedade real, do “segundo tempo”, e, nesse sentido, sua metafísica é combativa e política, por sustentar de forma

verossímil para a comunidade que um outro mundo é possível, por afirmar que há destinos alternativos a viver às margens do capitalismo global ou brasileiro. Nesse sentido, sua interpretação da história não é apolítica, pois seus mitos emprestam imagens, linguagem e sentido às suas bandeiras de luta política. Valha como exemplo o poder mobilizador das assembleias político-religiosas, *Aty Guasu*, nas últimas décadas.

Quem interage com os Kaiowa em suas comunidades percebe que também lá esse modo de vida apresentado de forma idealizada nos tempos antigos está em descompasso com a realidade. Como escreveu Mércio Pereira Gomes (2012, 220), a longa história de dependência dá pouco espaço para a autonomia política e coerência cultural.

Nesse sentido, precisamos recordar que se os Kaiowa, como outros grupos indígenas, são acusados hoje de “clientelismo” na mídia local e brasileira por supostamente terem se tornado “clientes” dos “benefícios” do Estado (por exemplo, cestas básicas), é porque primeiro eles perderam suas terras, distanciando-se, assim, de seus modos de produção material e simbólica; é porque foram privados de sua autonomia política, de seus modos próprios de promover e reconhecer autoridades e saberes, assim como de gerenciar seus contatos e conflitos com os outros grupos humanos. Ou seja, por trás desse “clientelismo” há uma história, uma história de submissão da população indígena que a mídia e um setor da sociedade brasileira não querem (re)conhecer. Neste livro apresentamos um pouco dessa história, de como esse povo chegou às condições extremamente desfavoráveis em que se encontra, tornando-se quase impossível a concretização daquilo que ele considera sua boa maneira de viver.

Em tempo, teríamos que nos perguntar ainda se as mudanças são vistas pelos Kaiowa sempre como resultado da interação com os não indígenas. Embora no esquema apresentado isso pareça ser sugerido, cabe antecipar que as transformações – julgadas de forma positiva ou negativa – aparecem nos mitos também como algo interno à cultura, como parte da história do grupo. Nesse sentido há uma espécie de dialética interna que impulsiona cada sociedade a criar, a se reorientar, a se desenvolver e a lidar com novas demandas. Este processo comporta também formas de agir que são, por assim dizer, desviantes em relação ao padrão de hábitos e valores do grupo. Estas tendem a ser maiores quando as condições sociais, econômicas, políticas e ecológicas não são favoráveis para o desenvolvimento do conjunto de práticas e valores que chamamos cultura. Para os Kaiowa há uma diferença básica entre os seres criadores e os humanos: aqueles são completos, os humanos não, como não é completo o meio em que eles vivem, de modo que a história é também um ir se completando e completando o mundo.

Obviamente, nossas observações e análises estão marcadas pela nossa

condição de não indígena. Desde já, ficamos muito interessadas na recepção desta obra entre os acadêmicos e acadêmicas kaiowa e guarani, que devem ficar à vontade para complementar e criticar nosso trabalho.

Gostaríamos de esclarecer que, quando não especificada outra origem, o material etnográfico foi recolhido por nós. Destacamos e agradecemos, nesse sentido, a rica interação com várias famílias Kaiowa e Guarani, sobretudo as das comunidades de Piracuaá, Kokue'i, Nhanderu Marangatu, Panambizinho, Panambi, Itay, Guyra Kambiy, Laranjeira, Passo Piraju, Nhu Porã, Guyra Roka, Bororó, Jaguapiru, Amambai, Juti, Taquara, Caarapó, Porto Lindo e Naviraí. Parte do material etnográfico foi recolhida durante conversas em que a participação da comunidade foi mais geral. Em alguns casos, as gravações e as anotações foram feitas pelos próprios membros das comunidades.

Fragmentos provenientes dos documentos antigos de outras línguas foram citados mantendo a grafia original com a nossa tradução e adaptação ao português atual nas notas de rodapé. Nas transcrições de frases e termos em guarani ou kaiowa encontrados nos documentos reduzimos os acentos, separamos ou juntamos os lexemas e substituímos alguns caracteres, a fim de facilitar o reconhecimento dessas vozes a quem tem algum conhecimento da língua. Quando o caso apresentava dificuldades para a operação acima descrita, mantivemos a grafia como na fonte consultada.

Na transcrição do material recolhido em campo, adotamos **ch** com o mesmo valor sonoro desse dígrafo em português; o **g** e o **h** como som dos mesmos em alemão. O **j** corresponde ao som palatal fricativo [j], às vezes representado por **dj** em outros estudos. Usamos **k** para a oclusiva surda velar, e **ñ** como o ñ em espanhol e o nh do português. Do mesmo modo, o **r** tem na nossa transcrição o mesmo valor como na palavra espanhola *oro*. Já o **s** foi usado para a fricativa alveolar e o **v** como no português. A apóstrofe ' (como aparece na palavra ka'a) representa a oclusiva surda glotal que marca um corte ou salto na pronúncia. Para representar as oclusivas sonoras nasalizadas, recorreremos a **mb**, **nd** e **ng**. O guarani tem seis vogais. As cinco primeiras soam mais ou menos como em português, a sexta vogal é representada pelo **y** e é uma vogal alta central. Como todas as vogais podem ser nasalizadas, sobe a doze seu número nesta língua. Quanto aos acentos, as palavras oxítonas, que são a maioria em guarani, não são acentuadas, enquanto as paroxítonas e as proparoxítonas as são. Se os lexemas aglutinam sufixos monossilábicos ou polissilábicos átonos, permanece a acentuação original do lexema, o que é marcado graficamente. Quando o sinal de acento (´) coincide com o sinal de nasalização (~), este acumula a função tônica. Os etnônimos foram grafados sem flexão de gênero e número, de acordo com a convenção assinada por

profissionais da Antropologia em sua primeira reunião realizada no Rio de Janeiro em 1953. Os topônimos, mesmo das terras indígenas, foram escritos tentando manter a grafia mais usada em português ou em espanhol, conforme a época e a localização dos mesmos, se na América portuguesa ou no Brasil, se na América espanhola ou na Argentina, Bolívia ou no Paraguai. Assim, por ex.: Caarapó (não Ka'arapo) e Amambai (não Amambái), para o primeiro caso; Santa María de Fe (não Santa Maria de Fé), San Francisco Javier (não São Francisco Xavier) e Ibiterembeta (não Yvytyrembeta), para o segundo.

A obra consta de sete capítulos, nos quais tentamos apresentar um panorama dos principais eventos relacionados à história e à cultura do povo Kaiowa, desde antes da chegada dos conquistadores europeus – quando esse povo ainda não era chamado por esse nome – até o presente. Temos consciência que tratar de um longo período como esse é um grande desafio e risco devido às múltiplas lacunas que podem aparecer. Mas na falta e na necessidade de uma obra introdutória à história kaiowa decidimos correr o risco e tentar contribuir nessa temática, oferecendo pelo menos dados e indicações para futuras pesquisas.

Muitas pessoas contribuíram no processo de concepção e elaboração deste livro. Pela generosidade com que acolheram nossas perguntas e solicitações, pelo interesse com que leram nossos rascunhos e compartilharam seus conhecimentos, fizeram críticas construtivas e deram valiosas sugestões, agradecemos imensamente a André Luis Freitas, Carlos Barros Gonçalves, Capucine Boidin, Emília Kashimoto, Gilson Martins, Ignacio Schmitz, Isabelle Combès, José Luis Peixoto, Katya Vietta, Layla Cristina Iapechino Souto, Levi Marques Pereira, Lúcio Tadeu Mota, Pablo Antunha Barbosa, Paulo Roberto Cimó de Queiroz, Protasio Paulo Langer, Spensy Pimentel Kimitta, Thiago Leandro Vieira Cavalcante.

Pelo apoio técnico na produção, cedência e edição de imagens, na coleta de dados em campo e na sua guarda no Centro de Documentação Regional, assim como na elaboração e correção de alguns textos agradecemos a Adriano Rodrigues de Oliveira, André Luis Freitas, Ângelo Franco, Aramí Arguello Marschner, Beto Godoy, Carla Ávila, Carlos Barros Gonçalves, Diógenes Cariaga, Gabrielly Saruwatari, Gilcacia Gündel Saldanha, Joana Aranha Moncau, José Augusto dos Santos Moraes, José Luis Peixoto, Isabelle Combès, Ivanir Martins de Souza, Kelly Christiane Silva, Layla Cristina Iapechino Souto, Leandro Possadâgua, Leszek Lech, Luciana Baerbel, Marcos Homero Ferreira Lima, Pablo Antunha Barbosa, Protasio Paulo Langer, Vander Nishijima e Walter Marschner.

Agradecemos também ao Conselho Editorial e aos colegas da Editora da

Universidade Federal da Grande Dourados por terem acolhido este livro, que, por razões outras a seu empenho, acabou sendo produzido pela Editora Nhanduti; ao comitê editorial e aos pareceristas anônimos, cujas oportunas observações nos ajudaram a complementar e melhorar a obra. Nossos agradecimentos vão também ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa concedida e pelo financiamento parcial da pesquisa “História e Etnografia Indígena Regional: Levantamento de Fontes Orais, Audio-Visuais e Escritas do Século XIX à Atualidade”, da qual este livro é um dos resultados. Agradecimentos especiais à FLD pelo apoio na distribuição deste livro nas comunidades kaiowa, ao CEBI - Centro de Estudos Bíblicos e à CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço.

À nossa família que nos acompanha nesta apaixonante tarefa de encontrar-se e descobrir-se no outro, desejamos que se sinta parte deste livro, que é também um testemunho de nosso “estar aí” e nossa caminhada com os povos indígenas, em esperança solidária.

Dourados, 30 de outubro de 2015

Capítulo 1

Entre nomes, autodenominações e identidades atribuídas



“Sou Kaiowa” e “Sou Kaiowa legítimo” são expressões usuais de autorreferência indígena no sul de Mato Grosso do Sul. Nas comunidades Kaiowa de Panambizinho, Panambi, Sukuriy e acampamentos vizinhos, as pessoas mais velhas se autodenominam *Kaiowa ete* e *Te’ýi*. Este último termo indica que a pessoa é “descendente” legítima dos fundadores do grupo. Quando alguém quer fazer referência à coletividade, à família, diz *ore Te’ýi jusu*, que pode ser traduzida por “somos e temos vasta e boa descendência”, sendo que *ju* significa “bom, sagrado” e *su*, “grande”.

Líderes religiosos com frequência se referem a si mesmos usando os termos “cruz” e “palavra”. Assim faziam Lauro Concianza e Dorísia Pedro, um dos casais que lideravam espiritualmente a comunidade de Panambizinho nos anos 1980 e 1990. O casal costumava dizer: *ore kuru su ñe’êngatu ra’y, kuru su ñe’êngatu rajy, ore ára jeguaka ra’y*, “somos filhos e filhas da cruz da boa palavra, somos filhos do enfeite do universo”.

O pronome “nós”, *ore*, distinguia o casal e sua comunidade dos demais interlocutores, pois esse termo, nas línguas do tronco tupi, exclui o interlocutor. Possui, assim, um caráter relacional, já que aproxima e identifica as pessoas que integram o “nós” (*ore*) e as separa e diferencia da pessoa, ou das pessoas, com quem falam, “tu” ou “vocês”.

Mas, afinal, quem são esses que se consideram, hoje, “filhos e filhas da cruz da boa palavra”, *Te’ýi*, *Te’ýi jusu*, Kaiowa ou Kaiowa ete? Neste livro, propomo-nos a responder essa pergunta a partir de uma perspectiva histórica e antropológica.

As comunidades Kaiowa do Brasil formam junto com a população Paĩ-Tavyterã do Paraguai uma única etnia. Há Kaiowa que, para enfatizar sua verdadeira etnicidade, afirme ser Paĩ ou Paĩ-Tavyterã, termo que significa “ha-

Páginas 34-304 indisponíveis na versão eletrônica

Índice de pessoas e povos indígenas

- Albino de Carvalho, Alexandre Manoel *presidente da Província do Mato Grosso* 78
- Alfaro, Pedro de *jesuíta* 84
- Apapokúva *indígenas* 38, 138, 188, 229
- Aquino (família, Mariana, João, Paulito) 116, 160, 199, 208
- Arenas, Cristóval *jesuíta* 64
- Axé *indígenas* 34
- Ayoréo *indígenas* 34
- Azara, Félix de *explorador e cartógrafo* 37
- Bandeirantes / mamelucos 12, 18, 28, 40, 58-66, 77, 142
- Barão de Antonina (João da Silva Machado) / *Papai-Guassu* 38, 73-76, 78, 87-9, 93-101
- Barão de Maracaju (Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão) *presidente da província do Amazonas* 112
- Bolaños, Luis *frade* 60
- Bonilla, Barnabé de *jesuíta* 65
- Boroa, Diego de *jesuíta, provincial* 35, 41
- Borba Gato, Manuel de *bandeirante* 66
- Bueno, Pimenta *presidente da Província do Mato Grosso* 74, 108, 111
- Caaiguá / Caaguá / Caingúá *indígenas* 34, 36, 127
- Cabeza de Vaca, Álvar Núñez *conquistador* 52, 57
- Candido Venite *cacique* 97
- Candire *indígenas* 38
- Cangaçu *capitão* 90
- Capilé, Adelina, Marta e Martin *indígenas* 194, 196, 200
- Caracara *indígenas* 38
- Caramonico, Ângelo *frei* 78, 106
- Cárdenas, Bernardino *frei, bispo de Assunção* 64
- Cardozo Júnior, Francisco José *presidente da Província do Mato Grosso* 108
- Castelnuovo, Timóteo de *frei* 77, 92, 97-8, 109, 111, 148
- Chané / Chana / Chaná / Janae *indígenas* 41, 57
- Charaje / Xaraye *indígenas* 39
- Chavante *indígenas* 148
- Chaves, Diogo de *jesuíta* 64
- Chiquitos / Chiquito *indígenas* 40-1, 65
- Chiriguana / Chiriguano / Chiriguanes / Chiriguanaes *indígenas* 35, 39
- Companhia Mate Laranjeira 105, 112-4, 117, 120, 122
- Concianza, Lauro *lider espiritual* 33, 69, 115, 194, 199, 208,
- Coroado *indígenas* 76, 81, 93, 148
- Costa Pimentel, J. J. *presidente da Província de Mato Grosso* 76
- Diaz Taño, Francisco *jesuíta* 40,
- Elliot, João Henrique *sertanista e mapista* 38, 73-4, 76-7, 80-84, 86-7, 89-90, 92-99, 109-111
- Ferreira Moutinho, Joaquim 106
- Ferrer, Diogo *jesuíta* 39-41, 43, 56, 59-61
- Furtado, Inácio *posseiro de terras no Mato Grosso* 78
- Garcia (Maratya), Aleixo *navegante* 56
- Garcia Leal, José *explorador* 74, 78
- Gavião Peixoto *presidente da Província de São Paulo* 74
- Gomes, João José, *militar* 74, 76
- Guaicuru / Guaicurú / Guaycuru *indígenas* 58, 81, 93, 148, 240
- Gualacho *indígenas* 39-41
- Guarayu *indígenas* 39
- Guarambaré *indígenas* 60
- Guarani *acampamentos* 220, 241;

- aldeias 148;
 assentamentos 170, 226;
 Aty Guasu 178;
 comunidades 121, 142;
 famílias 28, 91, 220-4;
 grupo(s) 35, 40-1, 77, 91, 98-100, 109, 122, 128, 132, 136, 225-6, 237;
 grupo étnico 154;
 líderes 140;
 indígenas 40, 49, 54, 68, 76-7, 91-2, 98, 100, 109, 111, 136, 144, 147-8, 177, 180-1, 188, 201-2, 207, 218, 228, 239-40, 244;
 -Kaiowa 213;
 Missões / Reduções 40, 42;
 -Nandéva 21, 177, 181, 188, 213, 234, 241;
 povo(s) / nação 36, 40, 45, 153, 157, 206, 218, 234;
 populações(ão) 41, 82, 91-2, 99, 153, 240;
 tribos 36
- Guyrakeray líder Itatim 63-4
- Hervás y Panduro, Lorenzo *jesuíta* 35-6, 40
- Ibáñez de Echévarri, Bernardo *jesuíta* 37, 66
- Itatim / Itatín / Itatine indígenas 22, 38-9, 41, 56, 59-61, 64-5;
 grupos 60-62;
 líderes 62;
 outros grupos 39;
 povos 41, 57, 60-1
- Jesuítas / Companhia de Jesus 22, 26, 42, 58-9, 64-5, 67, 69, 77, 90, 131, 177, 225
- Província Jesuítica do Paraguai 39, 84
- José líder indígena (capitão) 99, 148
- Kaiapó / Caiapó indígenas 88, 238
- Kaingang indígenas 86, 93-41, 148
- Kaiowa (Kayguá, Kaÿguá, Ka'agua, Ka'yguá, Ka'ynguá, Kainguá, Cainguá, Caaguá, Caingua, Canguá, Cayagua, Cagoa, Cayoa, Caygoa, Cayowa, Caingua, Caa-owa, Cayuás, Cayuáz)
- indígenas 21-7, 33-4, 36-7, 45, 49, 56, 68-9, 73, 76-7, 80-1, 83, 86-7, 89-101, 106, 108, 110-1, 114-20, 127-32, 134-40, 142, 144-9, 153, 157-8, 160, 162-164, 167-8, 170, 177-81, 183-4, 187, 192, 199, 201-4, 207-13, 216, 225-9, 233-8
- 239-40, 242-4;
 acampamento 220, 241;
 aldeia 140, 188, 190, 194-5;
 assentamento 226;
 comunidade(s) 33-4, 69, 86, 88, 107, 111, 116, 121, 131, 158, 164, 170, 179-80, 184, 192, 194, 197, 207, 212, 226, 233;
 etnia / grupo étnico 43, 94-5; 154, 180, 226;
 famílias 28, 84, 94, 109, 120, 155, 160, 174, 197-8, 220-4, 229, 240;
 grupo(s) 37-8, 76, 80-1, 90, 94, 97-8, 100, 106, 110, 127, 136, 158, 243;
 Ka'agua / Kaingua 36-7, 47, 65-9, 107
 líderes 95, 99, 140;
 população 43-4, 73, 76-7, 82, 88, 97, 99-100, 106, 108, 115, 119, 121-2, 153, 157, 160, 166, 238, 240;
 povo(s) 21, 29, 42, 45, 76, 89, 91, 100, 108, 174, 178, 190, 213, 218, 233
- Kário / Karijo / Cario indígenas 38-9, 56-7
- Keller-Leuzinger, Franz *engenheiro, pintor* 82, 87
- Laiana indígenas 81, 93
- Laranjeira, Thomaz *empresário* 112, 118, 120
- Leverger, Augusto *presidente da Província do Mato Grosso* 88
- Libânio (Liguaraju) líder indígena (capitão) 81, 89, 91, 95-6, 99, 148
- Lopes, Gabriel *sertanista* 74, 79-80
- Lopes, Joaquim Francisco *sertanista* 73-6, 78-84, 87-91, 93, 95-6, 99-100, 107, 109, 111
- López, Carlos Antonio *presidente do Paraguai* 68, 107
- López, Francisco Solano *presidente do Paraguai* 105-8, 114-5, 168
- Lorenzo *cacique* 67
- Luy líder indígena (capitão) 91
- Machu Mônica indígena 199-200
- Machu Teresa indígena 199
- Mansilla, Justo *jesuíta* 65
- Martínez de Irala, Domingo *conquistador* 39, 57-8

- Mastrillo Duran (Mastrilli Durán), Nicolás *jesuíta, provincial* 84
- Matias *líder indígena (capitão)* 90
- Mbaja / Mbajá *indígenas* 22, 67-8, 148
- Mboroseni *líder indígena Itatim* 63-4
- Mbya / Mbyá *indígenas* 91, 177, 181, 229
- Mirim-Hurú *líder indígena* 91
- Moxos *indígenas* 42
- Monteiro do Amaral, Claro *padre e missionário* 99, 127-9, 131-2, 136, 138-9, 141-4, 147-8
- Moreira Cabral, Pascoal *bandeirante* 66
- Muny *líder indígena (capitão)* 91
- Nambikuarusu *indígenas* 39
- Ñandéva *indígenas* 21, 36, 92, 147, 177, 181, 188, 229, 234, 239
- Ñanduavusu *líder Itatim* 60-4
- Ñuara / Ñuguára *indígenas* 58-9
- Oguauíva *indígenas* 38
- Ordem Menor dos Capuchinhos / Capuchinhos 76-7, 98, 225
- Orejones *indígenas* 39-40
- Pacífico *frei* 98
- Paiaguá *indígenas* 58
- Pa'i-Mirim *família indígena* 81
- Paracu *líder indígena* 61
- Pahy-Guassú *líder indígena* 91
- Paiagua / Payaguá *indígenas* 40-1
- Pa'i Chiquito *líder religioso indígena* 170, 194-6, 199, 217, 227
- Pa'i Vitalino *líder religioso indígena* 162-3
- Pai-Tavyterã *indígenas* 21, 36, 37, 45, 69-70, 116, 188, 234;
comunidades 69, 86, 121;
grupos 37, 69;
população 33, 112;
povo(s) 34, 42, 45, 73
- Pedro, Dorísia *líder espiritual* 33
- Pedro *líder indígena (capitão)* 91
- Perón *líder indígena (capitão)* 90
- Quadros, Ascenso *bandeirante* 61
- Ramírez de Velasco *governador* 59
- Ramos *líder indígena (capitão)* 90
- Raposo Tavares, Antônio *bandeirante* 64-6
- Reis, José Diogo dos *militar* 109
- Rengger, Rudolf *explorador* 36
- Rodrigues, Domingos *posseiro de terras no Mato Grosso* 78
- Romero, Pedro *jesuíta* 63-4
- Rondon, Mariano Cândido *militar, indigenista* 114-5, 157-8
- Roque Alonso, Mariano *magistrado* 68, 107
- Ruiz de Montoya, Antonio *jesuíta, provincial* 35, 40, 84, 121, 174, 226
- Ruyer, Claudio *jesuíta* 35
- San Martín, Francisco *jesuíta* 60
- Sirionó *indígenas* 34
- Schmidl, Ulrich *militar e cronista* 52
- Souza, Luis de *presidente da província de São Paulo* 94
- Taiaoba *cacique* 40
- Tañygua *indígenas* 38
- Tapii *indígenas* 41-2
- Techo, Nicolás del *jesuíta* 36, 62-3
- Terena *indígenas* 81, 88, 91, 93, 100, 115, 207-8;
grupo étnico 154;
famílias 221
- Torres, Diego de *jesuíta* 59-60
- Tucambi *líder Itatim* 64
- Yanaigua *indígenas* 34
- Ybytyryguára *indígenas* 39
- Yuqui *indígenas* 34
- Van Surck *jesuíta* 60
- Vargas, Getúlio *presidente do Brasil* 114-5; 157, 194

Índice de lugares

- Acre estado 158
 Agrolac/São Jorge *acampamento* 222
 Água Amarela *acampamento* 223
 Água Fria *córrego* 80
 Água Limpa *latifúndio* 79
 Aguará *rio* 120
 Aguara Veve *morro* 34
 Albuquerque *fortificação* 51, 67
 Aldeinha Picadinha *acampamento* 221
 Aldeinha IBC (Receber) *acampamento* 223
 Aldeinha Sete Placas (Acampamento Wilson) *acampamento* 224
 Alto Paranapanema *aldeamento* 97
 Alto Paraguai *região* 39, 57
 Alto Paraná *região* 54-5, 76
 Amambai *comunidade* 28;
cidade 154, 164, 207-9, 212, 214, 220-1, 223;
departamento 34;
região 79, 164;
rio 81, 83-4, 88, 92, 112-3, 116;
serra 59, 68, 112;
terra indígena 154, 205, 207, 224
 Antonina *aldeamento* 78
 Antonio João *cidade* 210
 Apa *rio* 58, 61, 73, 109
 Aparecida do Taboado *cidade* 53
 Apyka'i *acampamento* 219, 241
 Apyka'i-Curral de Arame *acampamento* 223
 Aquidabán *rio* 60, 68, 106
 Aquino *acampamento* 223
 Aquidauana *rio* 55;
povoamento 108
 Aral Moreira / Guasuty *cidade* 191, 207, 213, 220
 Araraquara *cidade* 74
 Argentina *país* 36, 50, 55, 105
 Aripuanã *rio* 50
 Aroeira *acampamento* 224, 240
 Arraial de Belliogo - Coxim *cidade* 65
 Arroio Corá *terra indígena* 214
 Arroio Kora *acampamento* 224
 Árvore Grande *latifúndio* 79
 Assunção *capital* 39, 56-7, 62, 64-5, 68
 Ava Kañy *morro* 34
 Azul *córrego* 55
 Bananal *latifúndio* 79
 Barueri *aldeia* 93
 Bataguassu *cidade / acampamento* 122
 Bebedouro *latifúndio* 79
 Bela Vista *cidade* 220, 222-4
 Benjamim Constant *posto indígena* 164
 Boa Vista *latifúndio* 79
 Bocajá *aldeia* 154
 Bokeirão *acampamento* 221
 Bouqueirão *acampamento* 223
 Bororó-Jaguapiru *terra indígena* 221-2, 224
 Bolívia *país* 34, 39, 42, 51, 59, 65, 234
 Bonito *latifúndio* 79
 Bororó *comunidade* 28
 Botucatu *distrito* 97
 Brasil *país* 56-8, 66-7, 73-4, 76-7, 79, 99-100, 105, 108, 112, 114, 117-8, 127, 153, 188, 194, 202, 206, 218, 225, 234, 236, 238-9, 242
 Brejão (Nioaque) *terra indígena* 221
 Brilhante *rio* 75, 78, 80-1, 87, 89, 92, 106, 108, 112, 114-5, 157-8, 191, 202, 224, 227-8;
município 224
 Butetey *rio* 40, 56
 Caarapó *comunidade* 28, 227
município 108, 154, 164, 208, 221
terra indígena 154, 200, 207, 212, 214, 220-1, 223, 240
 Cabeceira do Apa *cidade* 122

- Cabeceira do Laranja Doce *aldeia* 153
 Cabeceira do Panamby *aldeola* 153
 Cabeceira do Sardinha *aldeia* 153
 Cachoeira *rio* 81, 100
 Camaquã *fazenda* 66
 Campanário *fazenda* 113, 122, 201
 Campestre terra *indígena* 224, 240
 Campo Grande *cidade* 81, 114, 117, 197, 199, 202, 224;
povoamento 108
 Campo Novo *aldeia* 213
 Campo Triste *latifúndio* 79
 Campos Geraes *região* 94, 110
 Candelaria, Nuestra Señora de la *redução jesuítica* 40
 Canendiyú *departamento* 121
 Capitán Bado *cidade* 34
 Caracol *cidade* 122
 Caraguatá *córrego* 55
 Carapicuíba *aldeia* 93
 Cerrito *comunidade* 207
terra indígena 214, 240
 Cerro Guasu *cerro* 34
 Cerro'i *acampamento* 222
 Chácara Califórnia *acampamento* 221, 240
 Chaco *região* 56, 58, 68;
 boliviano 41;
 brasileiro 22;
 paraguaio 22
 Chiquitania *região* 40
 Chuquisaca *departamento* 39
 Cinzas *rio* 38, 97, 110, 136, 228
 Ciudad Real *cidade* 60
 Concepción: Villa Real de la Concepción *cidade* 67-8, 107, 112;
 Nuestra Señora de la Concepción (Tape) *redução* 40, 84
 Congonhas *rio* 98
 Coronel Sapucaia *município* 164, 213, 222
 Córrego Engano *aldeia* 153
 Córrego Fundo *latifúndio* 79
 Corumbá *morraria* 51;
município 114
 Corumbé *aldeola* 153
 Coxim *povoamento* 108
 Coxipó Mirim *rio* 66
 Cuiabá *cidade / região* 66, 108;
rio 66
 Curitiba *cidade* 76;
região 73, 76, 81
 Curupey *aldeia* 213
 Curupi *aldeia* 213
 Douradina *município* 116
 Dourados *Colônia Agrícola* 23, 114, 191, 194-5;
Colônia Militar 78, 106;
distrito / região 113, 155, 164, 202, 207;
missão 23, 162;
município 21, 112, 153-4, 160, 162, 164, 201-2, 205, 210, 219-21 *rio* 81, 90-2, 100, 112, 115, 153-4, 158, 201-2, 205, 207, 227-8;
posto indígena 194, 210;
terra indígena (Chapiru) 154-5, 160, 164, 168-9, 180, 192, 194-5, 197, 199-200, 202, 207, 214, 240
 Encarnación / Nuestra Señora de la Encarnación de Ibatngui (ou Nhutingi) *redução* 42
 Engano / Enganho *córrego* 191, 200, 207
 Entre Rios *povoamento* 108
 Escopil / Iguai *rio* 90
 Fazenda Brasil *acampamento* 222
 Formoso *latifúndio* 79
 Grande Dourados *região* 204
 Guaimbé *comunidade / terra indígena* 223, 207, 215, 240
 Guairá *povoados* 60
reduções 60
região 42, 60, 85
 Guaiviry *acampamento* 219-20, 241
 Guarahy *rio* 91
 Guarambaré *município* 60
 Guarapuava *município* 93
 Guassutí / Guasuti *aldeia* 164, 207, 240;
terra indígena 213, 215

- Guasu *rio* 199
- Guia Lopes da Laguna *município* 222
- Guyra Kambiy *acampamento* 28, 192, 219, 241
- Guyra Roka / Guyraroká *terra indígena* 24, 28, 108, 157, 214, 240
- Hu / Hum *córrego* 115, 157
- Ibera-Moroty *aldeia* 119
- Iguaçu / Iguassú *rio* 35, 42, 81-2, 228; Iguassú / Guassú *aldeia* 154
- Iguary *rio* 81
- Iguatemi *região* 76
rio 38, 67, 73, 76, 81, 83, 87, 88-91, 93, 100, 119, 208
- Iguatemipegua *terra indígena* 216
- Imbirussú *latifúndio* 79
- Invernada Tujá *aldeia* 119
- Ipehum *aldeia* 119;
região 120
- Irara *latifúndio* 79
- Ita Akângue *morro* 34
- Ita Jeguaka *morro* 34
- Ita Kwatia *morro* 34
- Ita Vera *morro* 34
- Ita Vovo *morro* 34
- Itahum *município* 202, 221
- Itahum-Jaguary *acampamento* 221, 240
- Itapetininga *município* 81, 93-4, 97, 110
- Itaporã *município* 154, 164
- Itapura *município* 106
- Itaquiri *córrego* 115
- Itararé *município* 94, 97;
rio 38, 75, 81, 94, 99, 110, 128-9, 228
- Itariri *rio* 38
- Itatim *porto* 39, 57;
povoados 62;
reduções / missões 55, 59-60, 63-5, 78;
região 39, 55-8, 60-1, 63, 65-6, 69;
serra 58
- Itay Ka'aguyrusu *acampamento* 192, 219, 221, 240-1;
comunidade 28
- Ivai / Ivaí / Ivahy *rio* 75, 81-2, 94-5, 110
- Ivinhema / Ivinheima / Avinheima *município* 96, 224; *rio* 38, 54-5, 73, 75-6, 80-1, 83, 86-9, 91-6, 106, 112, 228
- Jacaraí *aldeia* 213
- Jagua Piré / Jaguapiré *comunidade* 207, 210-2;
terra indígena 215-6, 222, 240
- Jaguapiru *comunidade* 28, 180
- Jaguari *terra indígena* 207, 212-5, 240
- Jaguatĩ *morro* 34
- Jahapemy *erval* 113
- Japorã *município* 154, 222
- Jarará / Jarara *comunidade / aldeia* 207, 212-3;
terra indígena 215, 223, 240
- Jardim *município* 80, 222-3
- Jari Gua'a *morro* 34
- Jataí / Jatahy *aldeia* 92;
Colônia Militar 78, 98;
município 38, 92, 97-8, 100;
porto 98
- Jataivari *terra indígena* 215
- Jejuí *rio* 59-60, 121
- Jiparaná *rio* 50
- José Bonifácio *posto indígena* 119-20, 157
- Jukeri *comunidade* 211
córrego 216
- Juncal *acampamento* 219, 223, 241
- Juti / Juty *comunidade* 28;
Vila Santa Luzia *município* 154, 207, 212-3, 223
- Ka'aguyrusu *região* 192, 219
- Ka'ajary *acampamento* 220, 241
- Kokue'i *comunidade* 28;
acampamento 223-4, 240
- Kurusu Ambá *acampamento* 221, 219, 240-1
- Lagoa do Peixe *parque nacional* 142
- Lagoa Rica *terra indígena* 196, 198, 208, 215, 221, 224
- Laguna Carapã *município* 164, 209, 223
- Laranja Doce *córrego* 115-6, 153, 157, 191, 200
- Laranja Lima *córrego* 190

- Laranjal *acampamento* 219, 241;
fazenda 208-9
- Laranjal Takuaju *acampamento* 223
- Laranjeira *comunidade* 28
acampamento 219, 241
- Laranjeira Nhanderu *acampamento* 219,
224, 240
- Laranjeiras *córrego* 208
- Lima Campo *aldeia* 218, 240
- Limão Verde *aldeia* 214, 220, 240
- Maciço do Urucum *morro* 51-2
- Maciel Cue *fazenda* 209-10
- Madeira *rio* 50
- Mangahy / Mangai *aldeia* 119, 164
- Maracaí *rio* 82
- Maracaju *município* 202, 222, 224;
serra 66, 87, 112, 227;
povoamento 108, 207, 222, 240
- Margarida *núcleo populacional* 122
- Mato Grosso *província / estado* 22, 33, 67,
73-80, 82, 88, 94-8, 100, 105, 109, 112-
4, 118, 122, 127, 136, 140, 149, 169,
191, 200-1, 203, 214, 228, 239
- Mato Grosso do Sul *estado* 21, 23, 33, 37-8,
41, 44-5, 47, 49-51, 54-5, 60, 73-4, 85,
92, 108, 132, 147, 181, 187, 190, 204,
214, 218-9, 225, 234, 239-40, 242-4
- Mbaracaju *montes* 121
- Mbaraka'i *acampamento* 222
- Mbakurity *acampamento* 219, 241
- Mbovevi Arroio *acampamento* 223, 240
- Minas Gerais *estado* 74, 227, 239
- Miranda *Colônia Militar* 78;
município 76, 79-80, 88, 91, 93;
rio 55-6, 67, 76-8
- Moeda *córrego* 55
- Mondego *rio* 78
- Montes Agudos *região* 94, 110
- Morangas *latifúndio* 79
- Morros Agudos *município / região* 110
- Mundo Novo *município* 53
- Naviraí *comunidade* 28;
município / região 223
- Nhu Porã / Ñu Porã *comunidade* 28, 118,
240
- Nhu Verã *núcleo populacional* 122, 164
- Ñande Ru Marangatu / Nhanderu Maranga-
tu *comunidade* 28;
terra indígena 215, 224, 240
- Nioaque *Colônia Militar* 78, 109
município 89, 109, 221
- Nossa Senhora do Carmo *presídio* 78
- Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi
forte 67
- Nova América *acampamento* 221, 240;
usina 208
- Nova Coimbra *forte* 67
- Novo Horizonte do Sul *acampamento* 224
- Nuestra Señora de Belén de los Mbayá *re-
dução* 67
- Pacurity *acampamento* 222, 240
- Paĩ-Cuẽ *aldeia* 154
- Paloma *acampamento* 222, 227
- Panambi / Ka'aguy Rusu *comunidade / ter-
ra indígena* 28, 33-4, 116-7, 157, 164,
169, 192-8, 206, 221, 224, 240;
córrego / rio 115, 191, 227;
posto indígena 198;
região 115, 197
- Panambi - Lagoa Rica *terra indígena* 215,
224
- Panambizinho *comunidade / terra indígena*
28, 33, 106, 114, 116-7, 157, 167, 169,
187, 192, 194-200, 207-8, 215-6, 227,
240;
região 115
- Pará *estado* 65, 77
- Paraguai *país* 21-2, 26, 33-7, 39, 41, 50-1,
55, 57-60, 64-5, 67-8, 73, 77, 81, 91-
2, 96, 99-100, 105, 107-8, 111-2, 114,
117-8, 127, 129, 131, 153, 168, 181,
188, 199-200, 207, 209, 234, 239;
rio 22, 37-40, 58-9, 61-4, 67, 75, 96
- Paraguaçu / Paraguasu / Paraguassu *comuni-
dade / terra indígena* 106, 207-10, 240
Paraguassu fazenda 208-9
- Paraná *estado* 35, 51, 55, 73-6, 81, 85, 92-
4, 109, 127, 149, 204, 239;

- província* 74, 78, 81-2, 88, 92, 98, 228, 109, 127;
rio 37-8, 40, 51, 53, 55, 58, 65, 75-6, 78, 80-1, 86-8, 94-7, 100, 109-12, 228, 148, 239
- Paranaíba *município* 74, 80;
rio 74
- Parapanema *região / bacia* 38 99, 132, 136, 148, 228;
rio 38, 75-6, 81-2, 92-4, 98, 110-1, 228
- Paranhos *município* 154, 224
- Pardo *córrego / rio* 55, 79, 112
- Passatempo *córrego* 80
- Passo Piraju *comunidade* 28, 240;
região 205
- Patrimônio de Iguatemy *região* 120
- Patrimônio União *aldeia* 119
- Pé de Areia *córrego* 90
- Peixe *rio* 38
- Perituba do Barão *fazenda* 94
- Pernambuco *estado* 76
- Peru *país* 39, 57-9, 64-5
- Piracuaá / Piracua *comunidade / terra indígena* 28, 207, 210, 215, 222-4, 240
- Pirajuí *comunidade / terra indígena* 154, 204-5, 215, 224, 240
- Pirajuy *rio* 120
- Ponta Porã *município* 107, 113-5, 164, 200, 202, 209, 220, 223-4;
território 114
- Porto Cambira *aldeia* 201
- Porto de Mbaracayú *localidade* 121
- Porto do Jataí *localidade* 100
- Porto Felicidade *município* 122
- Porto Itatim *localidade* 39
- Porto Lindo / Jacarey *comunidade / terra indígena* 28, 154, 215, 222, 227, 240
- Porto Murtinho *município* 53, 113, 122
- Porto União *município* 164
- Porto Vilma *distrito* 192
- Potosi *município* 39, 57, 66
- Potrero Guasu *comunidade / terra indígena* 216, 240
- Puerto de Los Reyes 39
- Pyelito Kué *acampamento / comunidade* 219, 222, 241
- Pysry *morro* 34
- Quiterozinho *córrego* 55
- Rancho Jacaré *comunidade / terra indígena* 209-10, 216, 240, 242
- Reduções jesuíticas / missões do antigo Paraguai 22, 40, 42, 55, 59-65, 75, 84, 225
- Remanso Guasu *fazenda* 215
- Ribeirão Areia Branca *córrego* 81
- Ribeirão da Sardinha *córrego* 81
- Ribeirão das Onças 112
- Ribeirão São João 112
- Rio da Prata 51
- Rio de Janeiro *estado* 65;
município / região 22
- Rio Grande do Sul *estado* 42, 51, 55, 142, 202-3, 239
- Rondônia *estado* 158
- Salto Grande *município* 66, 97
- Samakuã *acampamento* 220
- Samambaia *rio* 81, 228
- San Francisco Javier de Ibiterembeta (Guairá) *redução* 42
- San Ignacio de Caaguazú (Itatim) *redução* 62, 64
- San José de Tucuty (Guairá) *redução* 42
- San José do Paraguai *fortim* 78
- San Juan Bautista (Uruguai) *redução* 38, 42
- San Miguel de Ybitiruna (Guairá) *redução* 42
- San Pablo de Iñiyay (Guairá) *redução* 42
- San Pedro (Guairá) *redução* 40
- Santa Catarina *estado* 51, 57
- Santa Cruz la Vieja *município* 39
- Santa Gertrudes *município* 80
- Santa Maria *aldeola* 153;
rio 78 81, 106
- Santa María de Fe / Santa Fe (Misiones) *redução* 65
- Santa María la Mayor del Yguazú (Paraná) *redução* 63

- Santana do Paranaíba *sertão* 74, 79
- Santiago de Xerez / Nova Xerez *povoado* 58-62, 64, 81
- Santo Ángel Custódio (Tape) *redução* 42
- Santo Antônio *rio* 81
- Santo Inácio de Paranapanema *aldeamento* 109
- Sassoró *comunidade / terra indígena* 154, 204-5, 207, 211-2, 216, 222-3, 240
- São Domingos *aldeola* 154;
rio 81
- São Francisco *aldeola* 154
- São João *rio* 81
- São João Batista *aldeia* 94-5, 97
- São João da Faxina *aldeamento* 83, 94
- São José de Monte Alegre *forte* 78
- São Paulo *estado* 51, 55, 58, 64-6, 73-4, 109, 204, 228, 239;
município 224;
província 76-7, 80, 85, 92-4, 98, 101, 108-10, 140, 144;
região 65-6, 98, 162, 227-8
- São Pedro de Alcântara *aldeamento* 78, 92, 95, 97-9, 109, 127
- São Sebastião do Piraju *missão* 92
- São Tomás *município* 122
- Serrito *aldeola* 154
- Serro Peron / Serro Perón *aldeia* 119-20
- Sete Cerros *comunidade / terra indígena* 207, 213, 216, 240
- Sete Voltas *rio* 81
- Serra Brava *fazenda* 210
- Serra da Bodoquena 53
- Sombreiro *comunidade / terra indígena* 216, 240
- Sucré *município* 57
- Sucuriú *rio* 78
- Sukuriy *comunidade / terra indígena* 33, 192, 222, 224
- S. Domingues *latifúndio* 79
- Tacuaperi / Taquepery / Taquaperi *comunidade / terra indígena* 154, 164-5, 167, 169, 187-8, 213, 216, 221, 240;
rio 120
- Tacuru *município* 154, 207, 210, 220
- Takuaraty-Yvykuarusu *comunidade / terra indígena* 208, 210, 216, 240
- Tae-Cue *aldeola* 154
- Taquara *aldeia* 213
- Taquari / Taquarí / Taquary *núcleo colonial* 78
rio 38, 40, 55, 81, 94, 110
- Taré / Nuestra Señora de Fe del Taré (Itatim) *redução* 62
- Tarumã *comunidade / acampamento* 219, 233, 240-1
- Teju'i *comunidade / acampamento* 223
- Te'ýi Kue / Te'ýikue *comunidade / terra indígena* 119, 154, 164, 208, 220-1, 223, 227
- Tibagi / Tibagy *aldeamento* 94, 97, 132;
município 96, 98, 99;
rio 75-6, 78, 81, 94, 96, 98, 109-10, 129, 228
- Uruguai *país* 51, 105, 234;
província 63, 84;
rio 36, 40, 50
- Urukuty *comunidade / acampamento* 223
- Vacaria *campos* 80, 87, 95, 108;
rio 81-2, 88-9, 91, 228
- Velhacaria *fazenda* 79
- Verde *ribeirão* 90
- Vicentina *município* 224
- Villarrica *povoado* 60
- Yapeyú / Nuestra Señora de los Santos Reyes Magos de Yapeú (Uruguai) *redução* 63
- Ypané *rio* 56, 64, 66-8
- Ypehu *aldeia* 64
- Ypo'i *comunidade / acampamento* 219, 224, 240-1
- Ypuitan *aldeia* 119
- Yvy-Katu *comunidade / terra indígena* 215, 240
- Yvypyte *localidade* 34